



SOBERANIA DIGITAL E CONTRA-COLONIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO EM PINDORAMA: O ESPECTRO COMO INFRAESTRUTURA PÓS-MIDIÁTICA¹

Thiago Novaes – Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O magma digital avança a pleno vapor nas sociedades informatizadas, erguendo infraestruturas e redes sociais, investindo em novos serviços e produtos, modulando ciborgues de interação e consumo, e tornando objetos técnicos e digitais precocemente obsoletos. O afastamento do contato direto com o reparo, amplificador do conhecimento improvisado, transdutivo, abriu espaço para a monológica da substituição, oposta a do pluriverso, base aliada do controle algorítmico, da incompreensão técnica. Sem sentido cultural, nós híbridos autômatos big atualizamos a sociedade do espetáculo. O artigo intenta imaginar alternativas sócio-técnicas potencialmente emancipadoras, voltadas para a construção e manutenção de infraestruturas de comunicação livres, utilizando o espectro radioelétrico.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação Técnica; Políticas de Comunicação; Autonomia; Cosmotécnica; Radiodifusão Digital Interativa.

1 INTRODUÇÃO

“O colonizado que resiste à razão.”

Frantz Fanon

As águas do antropoceno impuseram uma súbita adaptação aos moradores do Rio Grande do Sul no mês de maio de 2024: como manter bateria e comunicação pela internet funcionando sob uma crise de abastecimento de energia? Enquanto isso, o velho radinho fm era resgatado em sua mobilidade comunicativa primordial, com relativo baixo consumo: a pilha. O objetivo da presente pesquisa é comparar o acesso à infraestrutura autônoma de comunicação, que se vale da apropriação direta do espectro, como rádio e TV, face às tecnologias de endereçamento, *backbones* e cabos submarinos que viabilizam a rede internacional de computadores, a *web*. Assim disposto, nosso objeto de reflexão é a própria essência técnica, operada de maneira comparativa, a partir do reconhecimento dos elementos, indivíduos e conjuntos técnicos que compõem cada sistema de comunicação. A descolonização da relação escravocrata com a máquina, aqui, cumpre certa desalienação técnica.

¹ Trabalho apresentado no GT3 – Redes Sociais e Ativismo Midiático da XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2024, de 11 a 13 de junho de 2024, na Universidade São Judas (Paulista), São Paulo-SP.

2 METODOLOGIA

A pesquisa se dedica a comparar diferentes noções de progresso técnico a partir do contraste entre dois índices de evolução: de um lado, questiona o automatismo da relação humano-máquina estabelecido no consumo de plataformas proprietárias como as redes sociais, perguntando sobre a essência comercial e a natureza algorítmica fechada das infraestruturas de comunicação que configuram uma relação não contratual de extração de informação para alimentar Big Data, operando mesmo na emergência do capitalismo vigilante (Zuboff, 2021). Outro objetivo é desenvolver a noção de soberania a partir da possibilidade de apropriação direta e cidadã do espectro radioelétrico no território, para comunicação social, utilizando-se das tecnologias analógicas de transmissão, como rádio e TV, passando agora às múltiplas possibilidades surgidas com as tecnologias digitais. Considerando o parque de receptores de rádio instalado, bem como a possibilidade de criação de redes autônomas de comunicação, combinando tecnologias, onde o acesso à internet ainda não existe ou não é significativo, parece-nos oportuno questionar alguns dos fundamentos correntemente mobilizados nos discursos em defesa de uma possível soberania digital, com ênfase na regulação das plataformas, trazendo à luz as noções de alienação técnica² (Simondon, 2008) e autonomia³ (Amorim, 1995). Trata-se de propor ferramentas conceituais para imaginação sócio-técnica, na esteira de um ativismo digital (Cabral, 2019) integrante de um ecossistema de comunicação social notadamente em atrito com o monopólio e oligopólio inconstitucionais vigentes no país, precisando ser reorganizado, desde pelo menos começo dos anos 2000, face à crescente influência dos interesses dos proprietários das Big Techs. Nesse contexto, que papel poderia ser exercido pela televisão digital interativa, pública e comunitária, criada em 2006, que oferece distintas modalidades de acesso e circulação de informação via *middleware* ginga, importante inovação tecnológica que integra a norma da TV digital nipo-brasileira -, consumida por mais de 600 milhões de pessoas, exportada para toda a América Latina? Por sua vez o rádio, veículo que, em 2022, cerca de 83% da população brasileira escutou por quase 4 horas, todos os dias (KANTAR, 2022): que características poderiam ser desenvolvidas em um padrão de rádio digital interativo, vislumbrado talvez como tecnologia com potencial de reconfigurar nossa

² “A mais forte causa de alienação no mundo contemporâneo reside nesse desconhecimento da máquina, que não é uma alienação causada pela máquina, mas pelo não-conhecimento de sua natureza e de sua essência, pela sua ausência do mundo das significações e por sua omissão no quadro dos valores e conceitos que participam da cultura” (Simondon, [1958], 2008).

³ “Isso significa que o social e o psíquico, pensados sob o signo da biologia, da lógica matemática e das teorias da informação, são definidos como “autônomos” porque organizados, sistemáticos, fechados, repetitivos e capazes apenas das operações de *feedback*. Em lugar de surgirem como capazes de dar a si próprios suas próprias leis – o que seria a autonomia – são considerados “autônomos” por obedecerem a leis imanentes ao “circuito informativo” e cuja origem permanece ignorada” (Amorim, 1995, p. 162).

soberania e capacidade comunicacional na circulação e interação com dados⁴? Qual o papel das políticas de comunicação, e do midiativismo, na experimentação das múltiplas possibilidades, de linguagem, de promoção de regimes autônomos, de manutenção de acervos coletivos, de criação de novos serviços de áudio, vídeo para hibridizar e democratizar a comunicação? Por fim, enfatizando a importância da complementaridade (Art. 223) na construção e fomento a infraestruturas de comunicação social, a pesquisa combina à abordagem sociológica - que opõe antigas relações de produção com os meios, estremecidas com o avanço das forças produtivas da informação digital -, uma proposta político-jurídica: a reserva de espectro livre para comunicação cidadã, entendido como infraestrutura das infraestruturas complementares de comunicação. Valendo-nos da descrição comparativa da legislação norte-americana e europeia que garantem o uso do espectro sem licença, somada à aplicação do princípio de complementaridade na América Latina, propõe-se a divisão equânime do espectro, com reserva de espaço para a comunidade, para livre expressão, independentemente de licença, no pleno exercício de sua cidadania, como nas regulações da Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela. Sendo o direito de antena um direito ambiental no Brasil (Fiorillo, 2017), que contribuição o imaginário contra-colonial (Bispo, 2023) poderia prestar à gestão inovadora, inteligente e democrática do espectro no século XXI?

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa se propõe a discutir as chamadas algumas práticas de midiativismo na internet (Cabral, 2019), passando atualmente a operarem a partir das redes sociais, contrastando-as às práticas históricas das rádios livres, dedicadas à produção das assim chamadas, respectivamente, *era* e *sensibilidade pós-midiáticas* (Guattari, 1986; Berardi, 2005). Diferentemente da separação entre técnica e cultura, ou cultura e natureza, o arranjo cosmotécnico (Hui, 2021) que se pretende descrever a partir da rádios livres poderia ser entendido como uma primeira tentativa de relação humano-máquina em que o espectro fosse vivenciado como um bem comum tecnicamente mediado (Wormbs, 2011). A possibilidade de reparo dos equipamentos, de aproximação com os bens difusos, ambientais, sugere que o direito de antena participe na garantia da sadia qualidade de vida, no território, em uma mobilização de sentidos, de vitalidade e contato direto com a matéria em que transmissores e equipamentos muito distintos permitam uma abordagem sobre o digital bem mais artesanal e sensível do que a forma com que se mobiliza e se politiza em geral o acesso à internet. Conforme sugeria Enzensberger nos idos dos anos de 1970: “Aquele que entender as massas como objeto da política não as pode mobilizar. Ele quer distribuí-las ao acaso. Um pacote não é móvel. É

⁴ Ver DINIZ, Rafael. O Perfil NCL-DR e o Middleware Ginga para Receptores do Sistema Brasileiro de Rádio Digital. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Informática do Departamento de Informática da PUC-Rio, 2015.

apenas jogado de um lado para o outro. Marchas, colunas, desfiles imobilizam as pessoas. A propaganda que não libera a autonomia, mas a inibe, pertence ao mesmo esquema. Ela leva à despolitização” (2003, p. 16). Seria o livre acesso ao espectro uma maneira de liberar a autonomia na comunicação social?

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gostaríamos de chamar nosso território brasileiro de novo de Pindorama, nossa terra de palmeiras onde o céu é do condor, destacando sua especificidade, historicidade, e capacidade de criação de redes sócio-técnicas colaborativas, de fato inteligentes, porque criadas primordialmente com tecnologias abertas. Considerando, de um lado, o desconhecimento social sobre as características e potenciais da digitalização da radiodifusão, ao mesmo tempo em que os imaginários do *movimento pela informação livre* se defrontam com a *uberização* da vida, precisamos de saídas urgentes: “pois a chamada “inteligência artificial” é treinada no vasto tesouro de informações livres que criamos para nós mesmos para desenvolver uma técnica que possa substituir a própria classe hacker” (Wark, 2023, p. 23). O mito de criação do robô autômato-inteligente situa então o problema do suposto acesso democrático aos meios de produção da indústria da consciência (Enzensberger, 2003), as redes sociais, em um nível de alienação cultural mais profundo e tenso, estruturante talvez de uma relação sensível também colonizada, bloqueando a possibilidade emancipatória na medida em que separa conteúdo/discurso social do cuidado sobre a infraestrutura em que o mesmo circula. Em nossa hipótese, assim se drena a energia de um possível curto-circuito midiático (Berardi, 2005). De outra forma, como poderíamos avançar com nossas disputas em torno de outros futuros imaginários (Barbrook, 2009)? Como nos vacinarmos contra o monopólio da manipulação e da vigilância, vulgo controle, que se apresenta mesmo como o monopólio das relações possíveis entre humanos e máquinas em plena virada tecnológica, momento privilegiado de invenção e liberdade criativa?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aposta na reflexão e capacidade de insurgência do pensamento coletivo contra modalidades de colonização e controle, da comunicação e dos imaginários, em pleno fortalecimento com o avanço do consumo das plataformas. Aponta a construção artesanal de sistemas autônomos de comunicação como saída complementar, e futura, da monológica de regimes sócio-técnicos baseados em investimento e retorno. Sugere o espectro radioelétrico como locus de incidência política, e de pesquisa, de maneira a subsidiar a necessária atenção do poder público para a formulação de políticas de comunicação contemporâneas e contra-coloniais.

Referências

AMORIM, Mirtes. **Labirintos da Autonomia: A Utopia Socialista e o Imaginário em Castoriadis**. Fortaleza: EUFC, 1995.

BARBROOK, Richard. **Futuros Imaginários** – das máquinas pensantes à aldeia global. São Paulo: Peirópolis, 2009.

BERARDI, Franco (Bifo). Les radios libres et l'émergence d'une sensibilité post-médiatique. **Multitudes**, v. 21, n. 2, 2005, pp. 15-22. <https://doi.org/10.3917/mult.021.0015>

BISPO, Antonio (Nego). **A Terra dá, a Terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

CABRAL, Adilson. **Centro de Mídia Independente: Os Primórdios do Ativismo Digital no Brasil**. Curitiba: Appris, 2019.

COLLECTIF RADIOS LIBRES POPULAIRES. **Les Radios Libres**. Paris: F. Maspero, 1978.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad, 2003.

FIORILLO, Celso; FULLER, Gracie. O direito de antena no Brasil em face das novas tecnologias na sociedade da informação. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 13, n. 1, pp. 25-44, 2017.

GUATTARI, Felix. As rádios livres em direção a uma era pós-mídia. In: MACHADO, Arlindo; , MAGRI, Caio & MASAGÃO, Marcelo (Eds.). **Rádios livres; a reforma agrária no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 9-13.

HUI, Yuk. Sobre a Cosmotécnica: Por uma Relação Renovada entre Tecnologia e Natureza no Antropoceno. In: NOVAES, Thiago; SMARIERI, Evandro; VILALTA, Lucas (Org.). **Máquina Aberta: a mentalidade técnica de Gilbert Simondon**. São Paulo: Dialética, 2021.

NOVAES, Thiago. Espectro Livre: o Direito do Povo à Comunicação. **Rev. Lugar Comum**. n. 40, 2013, pp. 225 – 236.

NOVAES, Thiago; CAMINATI, Francisco A. Nomadic Transmitter: Public Sphere and Aesthetics in Brazilian Media Activism. **Westminster Papers in Communication and Culture**, v. 14, n. 1, 2019, pp. 81–93. doi:<https://doi.org/10.16997/wpcc.312>

SIMONDON, Gilbert. **El Modo de Existencia de los Objetos Técnicos**. Trad. de Margarita Martínez e Pablo Rodríguez. Buenos Aires: Prometheo, 2008.

WARK, McKenzie. **Um Manifesto Hacker**. São Paulo: sobinfluencia edições, 2023.

WORMBS, Nina. Technology-dependent commons: The example of frequency spectrum for broadcasting in Europe in the 1920s. **International Journal of the Commons**, v. 5, n. 1, pp. 92–109. doi:<http://doi.org/10.18352/ijc.237>

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.